

QUESTÕES DE GÊNERO: INTERCESSÃO ENTRE FORMAÇÃO DOCENTE E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Ana Célia Sousa Freitas.
Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED)
acmartins366@gamil.com

Inambê Sales Fontenele
Universidade Federal do Ceará (UFC)
inambe@hotmail.com

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Universidade Federal do Ceará (UFC)
nadjarinelle_234@hotmail.com

RESUMO

As questões de gênero na escola têm se configurado como um dos grandes desafios para os professores, já que, a escola se configura como um local de diversos conhecimentos, comportamentos e modos de ser e estar variados para se pensar os modos de ser e de estar no mundo. Nesse sentido, o trabalho busca compreender por meio do olhar das professoras do Ensino Fundamental, como acontece a formação das mesmas no tocante as questões de gênero para que tenham condições de contribuir e esclarecer situações de preconceito e intolerância que ocorrem entre seus/suas alunos/as e na sociedade, como as manifestações homofóbicas. Teoricamente nos fundamentamos nos seguintes autores e documentos: BRASIL (1996), BRASIL (1997), Louro (2003), Joca (2008), Carvalho e Vargas (2010), Weller e Da Paz (2011) dentre outros. Realizamos uma abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório e de campo. Tivemos como sujeitos da pesquisa docentes de uma escola pública municipal da cidade de Fortaleza, no Ceará. Ao analisar os resultados percebemos que o ambiente escolar se caracteriza como um espaço onde crianças e jovens passam a maior parte do seu tempo e que por isto mesmo é um ambiente propício de aprendizagem que tanto pode difundir informações e conhecimentos como ser cooperadores e propagadores de posturas discriminatórias. De acordo com o relato das professoras há uma certa dificuldade em trabalhar as questões de gênero e diversidade na sala de aula, por conta do próprio ambiente não propiciar abertura para as discussões sobre esta temática. Observando o ambiente escolar, o relato das professoras em relação as suas formações iniciais e continuadas e as suas percepções e posturas em relação as questões de gênero, concluímos que apesar dos avanços legais, muito ainda precisa acontecer e ser ofertado as/aos professores/as para conseguirmos ver brotar mudanças significativas em relação às questões de gênero na escola.

Palavras-chave: Gênero. Formação. Professor.

As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Carlos Drummond de Andrade

Iniciamos este artigo, acompanhadas com Drummond em sua poesia “Novo Tempo”, por reconhecermos que apesar dos avanços educacionais proporcionados nos últimos vinte anos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN) nº 9.394/96, as suas orientações – “não bastam” – não são suficientes quando sublinhamos as mudanças sociais e culturais que desejamos ver brotar nas posturas e nas práticas docentes na Educação Básica em relação às questões de gênero. Neste sentido, anunciamos que o objeto central desta

pesquisa corresponde as nossas inquietações e desejos de querer conhecer as possíveis intercessões entre os direcionamentos e influências da LDBEN e o cotidiano educacional docente onde acontecem as posturas e práticas educacionais em relação aos “Lírios”¹.

Contudo, entendemos que encontrar e apresentar estas intercessões onde identificamos as orientações da LDBEN nº 9.394/96 nas práticas, percepções e posturas docentes das educadoras, sujeitos desta pesquisa, corresponde apenas a primeira intensão deste artigo. O mesmo, também pretende perguntar: A formação docente consegue realizar intercessões com as questões de gênero e a LDBEN nº 9.394/96? As nossas posturas, práticas e intenções educacionais possibilitam estas intercessões? E por ultimo, será que o nosso viver, fazer e refletir educacional proporciona que a LDBEN nº 9.394/96 dialogue com estas demandas sociais?

Estes questionamentos correspondem e anunciam à segunda intenção deste artigo, a pretensão de contribuir para que a LDB nº 9.394/96 passe a ocupar cada vez mais as finalidades das nossas propostas e metodologias educacionais, viabilizando a reflexão e o exercício da cidadania nas nossas experiências educacionais, transformando as mesmas, em espaços que possam brotar os Lírios e as demais questões e dimensões humanas.

Diante destas intenções, realizamos esta pesquisa com uma abordagem metodológica qualitativa, onde utilizamos como recursos: as observações in loco: um questionário aberto; entrevistas individuais e; estudos teóricos fundamentados em Louro (2003), Joca (2008), Carvalho e Vargas (2010), Weller e Da Paz (2011) dentre outros.

Os encontros com estas percepções e práticas docentes, aconteceram com a colaboração das professoras que escolhemos nomear por P.1 e P.2, em uma instituição pública de Ensino Municipal, localizada no bairro Granja Portugal, Regional V, na cidade de Fortaleza, no Ceará. Inicialmente, destacamos que a P.1 é graduada em Pedagogia há mais de 20 anos, possui especialização em Psicopedagogia e trabalha no Ensino Fundamental desta instituição há exatos 12 anos. Já a P.2 concluiu Pedagogia em 2000, somando 16 anos, cursou pós-graduação em Gestão Educacional e atua no Ensino Fundamental I desta instituição desde 2015. Ambas foram bem receptivas e as suas percepções contribuíram expressivamente com as reflexões que desenvolvemos e vamos apresentar neste artigo. Contudo, antes vamos seguir

¹ Utilizando a nossa licença poética, escolhemos nomear de Lírios as questões de gênero que vamos refletir neste artigo por dois motivos. Primeiro, entendendo que os mesmos, já anunciados na poesia do Drummond, representam justamente os aspectos sociais e culturais que as leis por mais que tenham a intensão de contribuir ou modificar, não vão dar conta, já que brotam de outras dimensões sociais e culturais que também influenciam as posturas, percepções e práticas educacionais docentes. Segundo motivo, reconhecemos que as questões de gênero também habitam e existem a partir das nossas dimensões e percepções afetivas e o significado simbólico da flor Lírio, representa a nossa capacidade humana de proporcionar uma abertura para o amor e a glória de amar incondicionalmente.

este texto apresentando os espaços presentes nas legislações educacionais brasileiras, possíveis de proporcionar e ver brotar os Lírios.

OS LÍRIOS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES

A LDBEN n° 9.394/96 traz em seu artigo 62, alguns aspectos sobre a formação dos/das profissionais da educação e é bem clara quanto ao dever do Estado em promover aos/as professores/as da rede pública de ensino, formação continuada adequada às necessidades dos/a educandos/a, no entanto, no tocante a temática dos Lírios, os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reconhecem que:

Tradicionalmente a formação dos educadores brasileiros não contemplou essa dimensão. As escolas de formação inicial não incluem matérias voltadas para a formação política nem para o tratamento de questões sociais. Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo. (BRASIL, 1997, p.38).

Assim como os PCNs, também reconhecemos atualmente a necessidade dos/as educadores terem uma formação inicial e continuada que possa abordar as questões de gênero para que estes possam estar capacitados para abordá-las no chão da escola. Com esta percepção buscamos verificar como havia sido realizada a formação inicial e continuada das professoras. Vejamos o que elas nos falaram:

Sou formada em pedagogia há muitos anos e tenho pós-graduação também na área da educação e talvez por isso não tenha tido nenhuma disciplina voltada para essa discussão, por ser uma temática mais recente. (P.1)

Minha formação é em Letras, mas tenho pós-graduação em Gestão Educacional. E, nenhum dos dois lembro de que o assunto tenha sido ao menos comentado. Considerando que me graduei em 2000 e me especializei em 2005. Ainda assim, análises já poderiam ser feitas. (P.2)

Nas falas das educadoras percebemos que há uma ausência quanto a temática da transversalidade, não só quanto as questões aqui discutidas, bem como no que diz respeito a outros temas que a compõem. Na colocação de P.1 ela atribui essa “ausência” ao tempo que se passou desde a sua formação até os dias atuais, que nos pareceu a mesma entender a temática como algo atual. Já P.2 reconhece esta ausência na própria formação inicial e continuada quando relata que nas referidas formações não houve qualquer abordagem a respeito de temas referentes a diversidade, como gênero e sexualidade.

Sabemos que algumas iniciativas vêm sendo tomadas há algum tempo para que haja trabalhos voltados para o debate em sala de aula sobre os Lírios, ainda considerados tabus como as questões étnicas e as de diversidade sexual. Algumas pesquisas trazem dados sobre essas tentativas governamentais. Weller e da Paz (2011, p.7) mostram que em 2008 foi criada a rede de Educação para a diversidade e nessa proposta as autoras destacam que em 2006 foi desenvolvido o curso Gênero e diversidade na escola, inicialmente como projeto piloto ofertando 1.200 vagas em seis municípios do País.

Essa ação foi resultado de uma parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ). A partir de 2008, o curso passou a ser ofertado pela Rede, mantendo a articulação com a SPM e a SEPPIR. O curso, ofertado para profissionais da rede pública de Educação, visa a atualização nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual, e relações étnico-raciais. Foi estruturado em cinco módulos, sendo quatro deles temáticos: Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, Raça e Etnia e Avaliação. A intenção é que o debate entre os temas fosse realizado de forma articulada, fornecendo elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola.

Notamos que as propostas e cursos até ocorrem, no entanto, não contemplam todos os lugares em que a educação acontece, não alcançam todas/os as/os profissionais envolvidos na educação brasileira, tornando as propostas restritas apenas aos documentos oficiais.

No entanto, é importante destacar que esta formação não está contida somente nestes documentos. Perpassa também aos campos subjetivos destes professores/as, em suas existências, em seus modos diversos de estar no mundo, ou seja, compõem uma teia de significados (GEERTZ, 1989) que,

funciona como uma bússola na medida em que serve de referência para atribuir sentido, interpretar e organizar seu modo de ser. São significações culturais constituidoras de gramaticalidade social que permeia e torna possível a vida em sociedade. É esse repertório de experiências, de saberes, que orienta o modo como o professor pensa, age, relaciona-se consigo mesmo, com as pessoas, com o mundo, e vive sua profissão. Entendemos, pois, que o professor traz para a sua prática profissional toda a bagagem social, sempre dinâmica, complexa e única. (FARIAS, et al, 2014, p. 54).

É nessa perspectiva que construímos as nossas reflexões sobre a presença dos Lírios na formação de professores. Entendendo-a não somente para cumprir o que nos foi colocado nas leis e/ou documentos oficiais que a regem. É necessário que esta formação passe pelas experiências destes educadores/as para que isso possa fazer sentido em suas práticas cotidianas em sala de aula.

OS LÍRIOS NO AMBIENTE ESCOLAR E NAS PERCEPÇÕES DOCENTES

Falar dos Lírios na instituição escolar é primeiramente entendê-los como uma categoria que está presente nos documentos oficiais que regem a educação, a começar pela LDBEN n° 9.394/96 que nos diz através do artigo 3° que um dos princípios em que se baseiam a educação é o de respeito á liberdade e apreço a tolerância.

Como podemos perceber abordar os Lírios na escola é algo que já vem sendo discutido e sinalizado nas diretrizes e bases da educação brasileira e por este motivo deve ser compreendido como algo presente na formação dos/as educandos/as. Pensando nesta perspectiva direcionamos as nossas observações para atuação docente, já que, através dela é possível expor suas falas e percepções a respeito dos Lírios dentro e fora da instituição escolar.

Através destas observações acreditamos ser plausível apreender os olhares das professoras sobre os Lírios e com isso entender como direcionam esses olhares e consequentemente as suas posturas aos educandos/as. Vejamos suas compreensões sobre esta categoria.

“Não entendo muito, não sei conceituar direito mas acho que seja ser homem ou mulher de acordo como você se vê no mundo.” (P.1)

“Gênero é a identificação pessoal de cada um enquanto ser masculino ou feminino.” (P.2)

Diante das falas, verificamos uma concordância quanto ao conceito de gênero, apesar da insegurança da P.1, que afirma não saber conceituar, mas, demonstra entender que o gênero passa pelo reconhecimento pessoal de cada indivíduo enquanto ser feminino ou masculino.

Isso nos conduz a Louro (2003) quando relata que a identidade de gênero pode ser entendida como auto percepção de cada pessoa em relação aos padrões sociais que dizem respeito ao masculino e feminino, tendo como referencia uma construção biológica que se define pelos fatores constituintes de identidade, mas não decretadora desta. Sua evolução ocorre a partir do nascimento, num diálogo permanente entre o indivíduo e os outros, não se constituindo e nem se manifestando de maneira definitiva.

Na intenção de entendermos como esta identidade de gênero pode ser percebida no chão da escola questionamos as docentes a maneira como estas discussões são apresentadas e tecidas em suas práticas educacionais. Segue os depoimentos:

“Não temos essa preocupação, assim, não parece muito necessário falar disso na escola. Até porque falar nesse assunto aqui na escola é capaz de virar uma confusão na sala, algazarra e molecagem pois eles não iam nem levar a sério.” (P.1)
Não há uma abordagem no coletivo escolar, mas em iniciativas individuais de alguns poucos professores. Eu faço questão de sempre abrir um debate sobre o assunto dentro do que estou trabalhando. Bem como religiões de matriz africana, vivência e militância política. (P.2)

É importante destacar que, a partir destas falas é possível perceber algumas contradições diante do que está posto nos documentos oficiais haja vista que desde 1988, a temática alusiva a gênero e diversidade sexual passa a ganhar espaço nos debates sobre educação e ao longo desse tempo surgiram documentos que introduzissem alguns direcionamentos sobre o enfoque dos temas transversais em sala de aula, o que se configura como um avanço. Destacamos os PCNs por ter sido um marco na oficialização da temática sobre gênero e sexualidade no currículo educacional.

A abordagem do corpo como matriz da sexualidade tem como objetivo propiciar aos alunos conhecimento e respeito ao próprio corpo e noções sobre os cuidados que necessitam dos serviços de saúde. A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. O trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS possibilita oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção das doenças. Deve também combater a discriminação que atinge portadores do HIV e doentes de AIDS de forma a contribuir para a adoção de condutas preventivas por parte dos jovens (BRASIL, 1997, p. 28).

Como um espaço que traz a garantia de direitos aos cidadãos a escola torna-se este lugar em que os/as educandos devem ser respeitados em suas diversidades, valores, atitudes, que estão ligadas ao corpo, a sexualidade e que por este motivo deve ser abordado pedagogicamente não apenas para atender aos documentos oficiais que apontam para o desenvolvimento destas habilidades e competências, mas principalmente apresentar este educando/a esses diversos campos de experimentação que a própria educação sinaliza quando ela é entendida como diversa, que acontece em vários espaços e não somente na instituição escolar.

Neste sentido compreendemos que é por conta desta diversidade que muitos professores sentem dificuldades de trabalhar esta temática, tornando essas discussões intocáveis em sala de aula, como nos aponta Joca (2008, p. 88):

Quando nos reportamos aos saberes sobre o sexual, por exemplo, aos saberes hegemônicos propagados sobre as relações de gênero e orientações sexuais saberes e práticas, adquiridos nos espaços de formação e atuação docentes, parecem entrar em conflito com a perspectiva do enfrentamento aos sexismos e a homofobia nos espaços escolares.

Diante dessa fala podemos melhor compreender que os saberes propagados sobre os Lírios, não condizem com a necessidade de combater as atitudes de intolerância e preconceito que ocorrem nos espaços escolares pois os mesmos ainda são notados como algo que deturpa os valores sexistas e machistas impostos pela sociedade.

Além disso, não podemos nos esquecer que a maioria dos/das docentes são mulheres e homens que viveram uma outra época, uma outra educação e trazem destas posturas uma formação onde os valores eram pautados nos padrões dessa sociedade patriarcal, machista. Valores estes que podem afetá-los em suas práticas e condutas pedagógicas, como nos mostra alguns trechos do nosso diário de campo:

Chamei a mãe da menina para conversar sobre o comportamento “oferecido” da filha com os garotos e também sobre como se veste mal para vir a escola, mas nem tive coragem de falar, pois a mãe chegou quase nua, falei só das notas baixas mesmo, nem ia adiantar falar do resto. (Diário de campo - 27 de setembro de 2015).

Esta fala pinçada nos escritos do diário de campo anuncia um discurso machista por parte de uma das docentes ao apontar que a adolescente é “desbocada” e “oferecida” em sala. Diante das observações no interior da instituição, ouvimos não somente desta professora este discurso. Boa parte dos professores/as destacam este comportamento, que segundo ele/elas, é “inadequado” nas meninas que fazem parte desta instituição. Sobre isso temos Carvalho e Vargas que, ao investigarem uma escola pública, comungam desta opinião:

Falta de pudor, desrespeito com a preservação do corpo, sexualidade precoce, violência física exacerbada, comportamento de menina, exposição do corpo, vocabulário vulgar, falta de tolerância, perda de valores, falta de respeito, agressão verbal, ameaça e falta de valorização do ser humano. Tais palavras constituem o vocabulário utilizado por docentes da rede municipal de Ensino de Porto Alegre (CARVALHO; VARGAS, 2010, p.1).

O encontro das falas das docentes aos quais lançamos nosso olhar vai ao encontro dos autores citados ao destacarem a “falta de pudor”, de “sexualidade precoce”, destacando com

isso a necessidade de disciplinamento dos corpos e que a escola é este lugar onde são confiadas todas as apostas para esta disciplina moral, que vai de encontro com as experimentações anunciadas e vivenciadas pelos educandos/as em seus modos de vida.

Para Louro (2003), a escola fabrica os sujeitos que nela circulam, reproduzindo condutas e comportamentos dos mesmos, tendo poder de produzir diferenças e igualdades, determinando o que cada um pode ou não fazer, o lugar que cada um/uma pode ocupar de acordo com as regras de normatização sexista.

Pensando nisso buscamos entender de que maneira essas questões de gênero são abordadas a partir do material pedagógico que elas utilizam:

Normalmente tratamos disso falando sobre o respeito que os meninos têm que ter com as meninas, e que elas também precisam se fazer respeitar, não se expondo muito, se vestindo adequadamente, falamos, também que os meninos devem e precisam ajudar nas tarefas de casa e não só as meninas, pois ajudar em casa não fará deles menos homens. (P.1)

Aproveito os momentos de interpretação e produção textual para fomentar o debate em sala. E, estou sempre buscando filmes e documentários que possa corroborar nessa discussão. E, matérias de revistas e afins. (P.2)

Analisando as falas acima, percebemos que não é regra geral tratar a temática dos Lírios como algo distante da sala de aula. Nas nossas observações foi notório também que são poucos os/as profissionais que vão além daquilo que a escola permite ou orienta, ou seja, dentre muitos/as docentes observados e as duas professoras entrevistadas, apenas a P.2 mostrou-se mais aberta a essa abordagem.

A fala de P.1 em relação a conduta adequada às meninas, reforça aquilo que já falamos sobre o que os/as docentes trazem daquilo que a sociedade normatiza, onde os Lírios são determinados, modelados por esses valores que definem os comportamentos de meninos e meninas sem levarem em conta as subjetividades de cada indivíduo, de como se reconhecem enquanto homens e mulheres.

Diante do que nos foi colocado pelas docentes faremos uma intercessão com aquilo que está posto nos PCNs, documentos que foram criados com a intenção de direcionar as práticas curriculares e pedagógicas dos docentes das escolas brasileiras.

Os materiais que se usam como recurso didático expressam valores e concepções a respeito de seu objeto. A análise crítica desse material pode representar uma oportunidade para se desenvolverem os valores e as atitudes com os quais se pretende trabalhar. (BRASIL, 1997, p.36)

O documento ressalta ainda a importância de se discutir, suscitando uma análise crítica sobre abordagem de algumas temáticas feitas pela mídia a despeito de questões envolvendo os Lírios que despertem para os valores sociais propagados:

Várias análises já mostraram que na maioria dos livros didáticos, por exemplo, a mulher é representada apenas como dona de casa e mãe, enquanto o homem participa do mundo do trabalho extra doméstico e nunca aparece em situações de relação afetiva com os filhos ou ocupado nos cuidados da casa. Nesse exemplo, fica subentendida a concepção a respeito do papel que é e deve ser desempenhado pelos diferentes sexos. A discussão dessa concepção esclarecerá sobre mensagens contraditórias com os valores e as atitudes que se escolheu trabalhar. Portanto, a análise crítica dos diferentes materiais usados em situações didáticas, discutindo os em classe, contrapondo-os a outras possibilidades e contextualizando-os histórica, cultural e socialmente, favorecerá evidenciar os valores que expressam, mostrando as formas como o fazem. Isso é mais interessante do que simplesmente rejeitá-los quando negativos, porque favorece o desenvolvimento da capacidade de analisá-los criticamente, de tal forma que os alunos, na medida de suas possibilidades e cada vez mais, os compreendam, percebam sua presença na sociedade e façam escolhas pessoais e conscientes a respeito dos valores que elegem para si. (BRASL, 1997, p. 36).

Nesta perspectiva compreendemos que ainda que as leis, os documentos direcionados por elas sejam elaborados e desenvolvidos, realmente não bastam, não garantem a presença das discussões que são apontadas pelas normas estabelecidas. Poucos são os/as profissionais que, assim como professora P.2, buscam fazer essa intercessão entre o que está na LDB e as suas práticas cotidianas em relação a abordagem da temática aqui discutida.

Talvez de maneira intuitiva e/ou intencional a P.2, utiliza aquilo que o documento sugere, considerando ao que a mídia propaga, porém como a mesma fala, são atitudes isoladas, individuais que não conta com o envolvimento e o apoio do coletivo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, foi possível reconhecer que já aconteceram avanços em relação às percepções e espaços para os Lírios na legislação e nas ações educacionais brasileiras. Contudo, também identificamos que estes avanços e ações educacionais ainda precisam percorrer um caminho longo para conseguir se aproximar das formações iniciais e formações continuadas dos/as professores/as que atualmente estão atuando na Educação Básica brasileira.

Estas nossas percepções, como já mencionadas, foram adquiridas inicialmente nas observações anteriores a esta pesquisa, constituindo as inquietações que passaram a

fundamentar as intenções deste trabalho e seguiram permanecendo de forma ampliada com os relatos e observações realizadas neste artigo.

Verificamos nesta experiência uma distância ainda existente, entre os Lírios, as proposições, avanços legais e governamentais e o cotidiano onde acontecem as formações, percepções e posturas educacionais destas professoras que foram os sujeitos desta pesquisa. Pesquisa que nos fez reconhecer, mais uma vez na escrita do Drummond, quando diz que os Lírios, aqui entendidos e anunciados como as questões de gênero, realmente não nascem das leis. As leis não bastam.

Entretanto, é certo afirmar que estas leis nas duas últimas décadas, anunciaram e instauraram a necessidade de ver brotar os Lírios nos espaços educacionais brasileiros. Compreensões que nos fazem sinalizar ainda a necessidade de conseguirmos percorrer estes caminhos necessários para aproximar e ver brotar os Lírios cada vez mais nas interseções, compreensões, posturas e proposições educacionais docentes, para juntos contribuirmos verdadeiramente com o exercício da tolerância e cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. (Ensino Fundamental) apresentação dos temas transversais - Ética. Brasília: MEC/SEF,1997.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; VARGAS, Juliana Ribeiro de. O léxico da heteronormatividade: problematizando discursos de professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental. In: Trabalho apresentado no Fazendo Gênero, Anais...2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278282610_ARQUIVO_OLEXICODA_HETERONORMATIVIDADE.RodrigoSaballaeJulianaVargas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

DA PAZ, Cláudia Denís Alves; WELLER, Vivian. Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais: avanços e desafios. In: Trabalho apresentado na ANPAE, Anais...2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0549.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. 4 ed. Brasília: Liber Livro, 2014.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1989.

JOCA, Alexandre Martins, Diversidade Sexual: Um problema posto a mesa. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.